

**PORTARIA Nº 40, DE 6 DE SETEMBRO DE 2003**

A SECRETÁRIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, e

Considerando que compete à União exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão, de acordo com os artigos 21, inciso XVI, e 220, § 3º, inciso I, da Constituição;

Considerando, ainda, ser dever do Poder Público informar sobre a natureza das diversões e espetáculos públicos, as faixas etárias às quais não se recomendem, bem como os locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada, resolve:

I - Constituir Comissão incumbida de propor a revisão da Portaria nº 796, de 08 de setembro de 2000;

II - A Comissão será composta por:

\_\_\_ Eugênio Bucci;

\_\_\_ Fernando de Almeida Martins;

\_\_\_ Luiz Armando Badin;

\_\_\_ Sávio Pinheiro;

\_\_\_ André Macedo de Oliveira;

\_\_\_ Mozart Rodrigues da Silva;

\_\_\_ Maria Rita Kehl;

\_\_\_ Sérgio Rabello Tamm Renault;

\_\_\_ Luiz Tarcísio Teixeira Ferreira;

III - A Comissão terá o prazo 60 (sessenta) dias para apresentar propostas que permitam estabelecer a uniformização dos critérios classificatórios das diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

IV - A Secretaria Nacional de Justiça prestará apoio técnicoadministrativo necessário à realização dos trabalhos.

V - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLÁUDIA MARIA DE FREITAS CHAGAS